

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores representantes do Acionista,
A DME Energética S.A. - DMEE ("Companhia" ou "DMEE") submete, à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

1 Comercialização de Energia

Em 2023, a DMEE forneceu 445.137,71 MWh, sendo 175.200,00 MWh negociados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), 229.256,27 no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e 40.681,44 MWh entregues no regime de cotas, disciplinado pela Lei nº 12.783/2013. No ano de 2023, a DMEE continuou prestando serviços de representação de clientes livres perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, compreendendo, desde o assessoramento no processo de migração do cliente e contratação de energia, até a realização das atividades periódicas, bem como serviço de intermediação para aquisição de energia por estes clientes, sendo remunerada pela energia negociada.

2 Empreendimentos

Em 2023, a DMEE deu continuidade aos estudos e ações, tais como:

- Estudos e ações (aquisição fundiária, licenciamento ambiental, etc.) para implantação de novas centrais hidrelétricas (PCH's/CGH's), nos Rios Pardo, Verde e Capivari, conforme estudo de inventário aprovado pela ANEEL;
- Processo licitatório para construção de Planta Solar 5MW;
- Fabricação de Hidrogerador para a CGH Cipó;
- Projeto básico e executivo da CGH Cipó;
- Prospecção de novos negócios nos segmentos de geração e transmissão, visando o crescimento dos ativos da DMEE;
- Protocolização de pedido de Licença Prévias (LP) da CGH Fervedor;
- Obtenção de Licença Prévias (LP) da PCH Marambaia;
- Obtenção da Licença de Instalação e de Operação da CGH Cipó;
- Construção de Micro Geração Solar na área da PCH Padre Carlos (Rolador);
- Contratação de empresa para a elaboração de projeto executivo da Planta Solar de 5MW, a ser construída na zona sul de Poços de Caldas;
- Contratação de empresa para revisão do projeto básico da PCH Boa Vista;
- Obtenção/renovação de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro (AVCB) de ativos de geração;
- Prestação de Serviços para a Prefeitura de Poços de Caldas referentes a modernização do sistema de iluminação pública do Município de Poços de Caldas com instalação de luminárias em LED, e;
- Prestação de serviços para a Prefeitura de Poços de Caldas referentes a Operação e Manutenção do Sistema de Iluminação Pública do município.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Receita Operacional Bruta encerrou 2023 com R\$ 113,37 milhões, uma diminuição de 22,12% ante o mesmo período de 2022, em decorrência da redução da atividade de compra e venda de energia para terceiros, com a consequente redução do montante negociado, em razão do valor de venda de energia em reais por megawatt hora (R\$/MWh). O Preço de Liquidação de Diferenças (PLD), teve como valor médio em 2023 R\$ 72,17, ante R\$ 58,98 em 2022. As Deduções finalizaram-se em R\$ 12,93 milhões, decréscimo de 18,44% com relação ao Exercício anterior, encerrando assim a Receita Operacional Líquida em R\$ 100,43 milhões, 22,57% menor com relação ao Exercício de 2022. As despesas e os gastos operacionais totalizaram, em 2023, R\$ 33,81 milhões, 45,49% inferior em relação à 2022, decorrente principalmente pela oscilação apresentada na compra de energia, com menor aquisição de energia de terceiros para cobertura das exposições ao mercado de curto prazo e destinadas às operações de compra e venda para obtenção de Spread, assim como a diminuição do custo da Energia adquirida da Barra Grande Energia - BAESA.

A deflação em alguns meses do ano de 2023, principalmente o índice IGP-M, impactou para o resultado da companhia, sendo que os índices IPCA e IGP-M são utilizados para atualização do saldo do Uso do Bem Público (UBP).

Dante aos fatos, o lucro líquido referente ao exercício de 2023 foi de R\$ 89,27 milhões, ante R\$ 64,53 milhões em 2022, apresentando um acréscimo de 38,33%.

3. Agradecimentos

Consignamos nossos agradecimentos aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal pelo zelo e atenção que têm dedicado às questões inerentes à DMEE.

Da mesma forma, expressamos nossos agradecimentos aos fornecedores, prestadores de serviços, clientes e, em especial, aos órgãos estatutários e colaboradores das Empresas DME pelo comprometimento com os ideais e princípios defendidos pela Companhia e pelo empenho na concretização de todas as conquistas e feitos até aqui realizados.

Poços de Caldas, 27 de março de 2024.

Marcelo Dias Loichate - Diretor Superintendente
Marcos Rogério Alvim - Diretor Comercial-Financeiro
Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **DME Energética S.A. - DMEE** - Poços de Caldas - Minas Gerais

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da DME Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucrativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DME Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva**Registro do uso do bem público em coligada**

A coligada Serra do Fácio Energia S.A. (SEFAC) registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público (UBP), de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2015. Até aquele exercício, o registro contábil estava sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. As características do contrato de concessão da coligada requerem o registro da obrigação do UBP em contrapartida do ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Como consequência, em 31 de dezembro de 2023, o investimento nessa coligada e o patrimônio líquido estão superavaliodos em R\$19.837 mil (R\$ 21.011 mil em 31 de dezembro de 2022) e o resultado de equivalência patrimonial no resultado do exercício findo nessa data está subavaliado em R\$ 1.174 mil (subavaliado em R\$ 1.440 mil em 31 de dezembro de 2022).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para empresas fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto incluído na seção "Base para opinião com ressalva" acima, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório de auditoria

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar tal fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, há desvios contábeis decorrentes do seguinte tema: o investimento e o resultado de equivalência patrimonial decorrentes de participação na coligada Serra do Fácio Energia S.A. (SEFAC) estão superavaliodos por R\$19.837 mil e subavaliado por R\$1.174 mil, respectivamente. Essa ressalva afeta significativamente a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Portanto, concluimos que as outras informações que compreendem o Relatório da Administração apresentam distorção relevante pelas mesmas razões com relação aos valores e outros aspectos descritos na seção "Base para opinião com ressalva".

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S.S. Ltda. - CRC-SP SP-027623/F
Marcos Roberto Sponchiado - Contador CRC-SP175536/O

Balanço patrimonial - 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	348.020	298.025
Contas a receber	5	11.834	14.895
Serviços em curso		1.792	1.720
Tributos e contribuições sociais compensáveis		10.553	5.064
Estoque		2.530	3.922
Despesas pagas antecipadamente		88	104
Outros créditos	6	9.135	7.300
		383.952	331.030
Não circulante			
Depósitos judiciais e cauções		13	913
Créditos a receber - PMPC CIP			3.754
Tributos diferidos	20	7.258	7.425
Investimentos	8	79.831	99.069
Imobilizado	9	98.799	99.981
Intangível	10	75.065	79.996
		260.966	291.138
Total do ativo		644.918	622.168
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		4.468	8.354
Fornecedores - partes relacionadas	7	2	2
Folha de pagamento		257	231
Impostos e contribuições sociais	12	8.245	4.446
Dividendos a pagar		7.461	-
Encargos setoriais		1.641	1.414
Obrigações estimadas		1.249	1.182
Uso do bem público - CESAP	11	18.392	18.488
Outros passivos circulantes		61	67
		41.776	34.184
Não circulante			
Uso do bem público - CESAP	11	224.351	238.394
Provisão para litígios	21	1.113	318
Fornecedores		23	4.949
Outras contas a pagar		-	5
		225.487	243.666
Total do passivo		267.263	277.850
Patrimônio líquido			
Capital social	13	254.431	254.431
Reserva legal		24.745	20.282
Reserva de lucros		77.277	54.278
Dividendos adicionais		21.202	15.327
		377.655	344.318
Total do patrimônio líquido e passivo		644.918	622.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações finance

Receitas financeiras	19	45.070	31.598
Despesas financeiras	19	(9.421)	(23.384)
Resultado financeiro líquido		35.649	8.214
Resultado antes dos impostos		118.995	85.308
Contribuição social	20	(7.862)	(5.432)
Imposto de renda	20	(21.697)	(14.956)
Impostos diferidos	20	(165)	(386)
Lucro líquido do exercício		89.271	64.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)		2023	2022
Lucro líquido do exercício		89.271	64.534
Resultado abrangente total		89.271	64.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	254.431	17.055	52.428	11.499	-	335.413
Juros sobre capital próprio	-	-	(28.803)	(11.499)	-	(40.302)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	64.534	64.534
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	3.227	-	-	(3.227)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(15.327)	(15.327)
Dividendos adicionais (25%)	-	-	-	15.327	(15.327)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	30.653	-	(30.653)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	254.431	20.282	54.278	15.327	-	344.318
Dividendos relativos a resultados acumulados	-	-	(19.394)	(15.327)	-	(34.721)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	89.271	89.271
Destinação do lucro líquido do exercício:						
Reserva legal (5%)	-	4.463	-	-	(4.463)	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	-	-	-	-	(21.202)	(21.202)
Dividendos adicionais (25%)	-	-	-	21.202	(21.202)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	42.404	-	(42.404)	-
Outros	-	-	(11)	-	-	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	254.431	24.745	77.277	21.202	-	377.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	89.271	64.534
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
Uso do bem público - CESAP (Nota 11)	(14.139)	5.743
Resultado com equivalência patrimonial (Nota 8)	(15.096)	(6.568)
Valor residual de ativo imobilizado baixado (Nota 9)	78	192
Impostos diferidos	165	386
Decapitação e amortização (Nota 9 e Nota 10)	9.692	9.658
Variações patrimoniais	69.971	73.945
Aumento no contas a receber	3.061	(869)
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes e não circulantes	(1.333)	(22.843)
(Reduzão) aumento nas compra de energia elétrica - BAESA	-	(3.372)
(Reduzão) aumento no imposto de renda e contribuição social	4.300	11.001
(Reduzão) aumento nos demais passivos circulantes e não circulantes	(8.220)	15.808
Caixa oriundo das operações	(2.192)	(275)
Total das disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	67.779	73.670
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições em imobilizado/intangível (Nota 9 e Nota 10)	(3.657)	(3.871)
Dividendos recebidos (Nota 8)	33.697	12.350
Amortização intangível - SEFAC (Nota 8)	420	419
Amortização intangível - ETAU (Nota 8)	217	217
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	30.677	9.115
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Juros sobre capital próprio líquido (Nota 13)	(13.740)	(17.335)
Dividendos pagos	(34.721)	(39.957)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(48.461)	(57.292)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos	49.995	25.493
A variação líquida de caixa é assim demonstrada		
Disponibilidades		
No fim do exercício	348.020	298.025
No início do exercício	298.025	272.532
Aumento de caixa e equivalente de caixa	49.995	25.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receitas		
Venda de energia e serviços	113.373	145.570
Outros resultados	5.787	14.424
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Insumos consumidos - custos energia comprada (Nota 16)	(7.592)	(33.502)
Material e serviços de terceiros	(8.808)	(18.803)
Valor adicionado bruto	102.760	107.689
(=) Valor adicionado líquido	102.760	107.689
(+) Valor adicionado transferido		
Recetas e despesas financeiras, líquidas (Nota 19)	35.649	8.214
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 8)	15.096	6.568
Valor adicionado total a distribuir	153.505	122.471
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	5.633	5.537
Encargos sociais (exceto INSS)	601	592
Entidade de previdência privada	557	532
Auxílio-alimentação	691	684
Provisão de férias e 13º	973	946
Convênio assistencial e outros benefícios	701	539
Participação nos resultados (custos Imobilizados)	443	336
Outros	46	48
Governo		
INSS (sobre folha de pagamento)	1.579	1.554
IRPF/CSLL	29.723	20.775
PIS/COFINS e outros	10.584	13.516
Outros	12.846	13.038
Acionistas		
Resultados retidos	54.732	48.883
Total	153.505	122.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Marcelo Dias Loichate
Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim
Diretor Comercial-Financeiro

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi
Contadora - CRC-MG090512/O-2

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

a) **A Companhia**
ADMÉ Energética S.A. ("Companhia" ou "DMEE"), é uma empresa pública do Município de Poços de Caldas, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pela Lei Municipal nº 7.192, de 27 de junho de 2000, e regida pela Lei Complementar Municipal nº 111, de 26 de março de 2010 sediada na Rua Amazonas nº 65 - centro, no Município de Poços de Caldas, Minas Gerais.

A Companhia tem como única acionista a DME Poços de Caldas Participações S.A., a qual figura como Controladora da Companhia. A DMEE tem como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. A DMEE detém as seguintes participações diretas em outras sociedades:

Sociedades/Consórcios

Participação %

Baesa - Energética Barra Grande S.A.(*)	8,8189%
SEFAC - Serra do Faião Energia S.A.(***)	11,0133%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU(**)	14,3807%
Consórcio Empresarial Salto do Pilão - CESAP	20,0000%

(*) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Barra Grande.

(**) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da Linha de Transmissão 230 KV Campos Novos, Barra Grande, Lagoa Vermelha e Santa Maria.

(***) Sociedade de Propósito Específico detentora da concessão da UHE Serra do Faião.

EDIÇÃO DIGITAL

MANTIQUEIRA-POÇOS DE CALDAS, QUARTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2024

b) Outorgas de geração de energia

Em consonância com seu objeto social a Companhia possui outorga para exploração dos seguintes empreendimentos de geração hidroelétrica, sendo:

Usina	Potência (MW)	Regime de exploração	Tipo de geração	% Participação	Participação DMEC (MW)	Município	Fase

<tbl_r cells="8" ix="1" maxcspan="1" maxrspan="1" usedcols

indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

c) Impairment of ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto entre impostos que refletem as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou Unidade Geradora de Caixa.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("a Unidade Geradora de Caixa ou UGC").

Pérdidas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Pérdidas reconhecidas referentes a Unidade Geradora de Caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d) Ativos intangíveis

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo do prazo de concessão. De consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), o IPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e o OCP 05 (Contratos de Concessão) os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão.

Ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

e) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despensas operacionais no resultado.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recurrentes são registrados no resultado.

iii) Depreciação

Itens de ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A vida útil e o valor residual de um equipamento foram revisados em 31 de dezembro de 2023.

f) Provisões

General

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

g) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O IRPJ/CSSL diferidos da reversão RTT que compreende a amortização e encargos financeiros da UBP - utilização do bem público, será excluído até o término do contrato conforme determinação do artigo 69 da Lei nº 12.973/2014. Conforme contrato de concessão - cláusula 2º capr de prazo de 35 anos, contado a partir da data de sua assinatura em 23/04/2002 a concessão se encerra em 22/04/2037.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças tributárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

h) Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da CPC 32 - Tributos sobre o lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia analisou os tratamentos tributários que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro e que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda.

A conclusão das análises é que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia tiveram alteração no que se refere a expectativa de perdas em função de eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados para a primeira vez em 2023

O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda estejam vigentes.

IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro)

É uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável);
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração.

A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais íntimas, substituindo o requisito para as entidades divulgam suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materialias" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro)) estreitam o escopo do reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma Tributária Internacional - Regras do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente ante a data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

j) Novas normas emitidas, mas não vigentes

As seguintes normas foram alteradas, no entanto, não se espera impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Administração:					
Terrenos	n.a.	356	-	356	565
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	1.286	(809)	477	519
Máquinas e equipamentos	6,25%	1.423	(805)	618	462
Móveis e utensílios	6,25%	283	(240)	43	48
Veículos	14,29%	463	(299)	164	215
Total do imobilizado – administração		3.811	(2.153)	1.658	1.809

Total do imobilizado					
		164.540	(65.741)	98.799	99.981

a) Composição do imobilizado de acordo com as unidades de cadastro da Resolução Normativa da ANEEL nº 674/2015

		Depreciação/ amortização acumulada	Líquido		
Custo de aquisição			2023	2022	
Ativo imobilizado em serviço					
Geração	150.586	(63.588)	86.998	89.630	
Administração	3.811	(2.153)	1.658	1.809	
Total	154.397	(65.741)	88.656	91.439	
Ativo imobilizado em curso					
Geração	10.143	-	10.143	7.775	
Administração	-	-	-	767	
Total	10.143	-	10.143	8.542	
Total do imobilizado	164.540	(65.741)	98.799	99.981	

		Depreciação/ amortização acumulada	Líquido		
Custo de aquisição			2022	2021	
Ativo imobilizado em serviço					
Geração	149.455	(59.825)	89.630	91.513	
Administração	3.718	(1.909)	1.809	1.969	
Total	153.173	(61.734)	91.439	93.482	
Ativo imobilizado em curso					
Geração	7.775	-	7.775	6.684	
Administração	767	-	767	226	
Total	8.542	-	8.542	6.910	
Total do imobilizado	161.715	(61.734)	99.981	100.392	

b) Movimentação do custo do ativo imobilizado em serviços e administração

2022		Adições	Baixas	Transferências
				2023
Terrenos	2.407	-	-	460
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.222	-	-	-
Máquinas e equipamentos	73.357	-	(151)	912
Reservatórios, barragens e adutoras	83.741	-	-	74.118
Veículos	585	-	-	-
Móveis e utensílios	406	-	(11)	14
Sistema Transmissão e Conexão	1.088	-	-	-
(-) Provisão do Valor Recuperável dos Bens Indenizados - Antas I	(31.634)	-	-	1.088
Total	153.172	-	(162)	1.387
Total do imobilizado	161.715	3.059	(234)	-
				164.540
2021		Adições	Baixas	Transferências
				2022

2022		Adições	Baixas	2023
Reservatórios, barragens e adutoras	2.407	-	-	2.407
Edificações, obras civis e benfeitorias	23.191	-	-	23.222
Máquinas e equipamentos	71.443	-	-	73.357
Reservatórios, barragens e adutoras	83.693	-	-	83.741
Veículos	583	-	-	585
Móveis e utensílios	357	-	-	406
Sistema Transmissão e Conexão	1.085	-	-	1.088
(-) Provisão do Valor Recuperável dos Bens Indenizados - Antas I	(31.634)	-	-	(31.634)
Total	151.125	-	-	153.172
Total do imobilizado	6.911	3.871	(192)	(2.047)
				8.543
				158.036

c) Movimentação da depreciação acumulada

2022		Adições	Baixas	2023
Reservatórios, barragens e adutoras	(25.210)	(1.832)	-	(27.042)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(9.966)	(622)	-	(10.588)
Máquinas e equipamentos	(34.750)	(2.523)	145	(37.128)
Veículos	(368)	(51)	-	(419)
Móveis e utensílios	(324)	(12)	11	(325)
Bens indenizados - Antas I	9.372	915	-	10.287
Sistema Transmissão e Conexão	(488)	(38)	-	(526)
Total	(61.734)	(4.163)	156	(65.741)
2021		Adições	Baixas	2022

2021		Adições	Baixas	2022
Reservatórios, barragens e adutoras	(23.379)	(1.831)	-	(25.210)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(9.343)	(623)	-	(9.966)
Máquinas e equipamentos	(32.292)	(2.458)	-	(34.750)
Veículos	(315)	(53)	-	(368)
Móveis e utensílios	(310)	(14)	-	(324)
Bens indenizados - Antas I	8.444	928	-	9.372
Sistema Transmissão e Conexão	(450)	(38)	-	(488)
Total	(57.645)	(4.089)	-	(61.734)

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: para os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor recuperável. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informações, levando em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados, dentre outras.

O resultado de tal avaliação para os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução adicional ao valor recuperável desses ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização adicionais a serem reconhecidas.

10. Intangível

Taxa de amortização		Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido
				2023
</tbl_info

(1) Conforme já mencionado na nota 6, em julho de 2023 foi realizado entre a DMEE e a empresa Ilumatic S/A, o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 001/2022, cujo objeto se refere a supressão quantitativa de R\$ 333.453,87 equivalente a 2,58% do valor total do contrato (R\$ 12.939.108,83 - considerando o valor originário menos os reequilíbrios em razão da variação do IPI), em razão de desconto concedido pela contratada pela antecipação do pagamento das 06 (seis) últimas parcelas devidas.

20. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A demonstração do exercício de 2023 está com as adequações fiscais e tributárias em conformidade com a Lei nº 12.973/14.

a) Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022

	2023	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	118.995	118.995
Adições temporárias e permanentes	4.867	4.867
Exclusões temporárias e permanentes	(36.511)	(36.511)
Base de cálculo	87.351	87.351
Aliquota aplicável	15%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	13.103	7.862
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	8.711	-
Outros	(117)	-
Total impostos correntes	21.697	7.862

	2022	
	IRPJ	CSLL
Lucro antes dos tributos	85.308	85.308
Adições temporárias e permanentes	13.078	13.078
Exclusões temporárias e permanentes	(38.028)	(38.028)
Base de cálculo	60.358	60.358
Aliquota aplicável	15%	9%
Despesa com imposto de renda e contribuição social	9.054	5.432
Adicional de 10% conforme previsto pela legislação	6.012	-
Outros	(110)	-
Total impostos correntes	14.956	5.432

b) A movimentação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Diferenças temporárias	2023	2022
Reversão RTT - amortização UBP		5.828	6.265
Reversão RTT - encargos financeiros UBP		25.781	27.715
Diferenças Temporárias		(10.311)	(12.191)
Base impostos diferidos		21.298	21.789
Aliquota aplicável		34%	34%
Impostos diferidos ativos		7.241	7.408
Outros		17	17
Total impostos diferidos ativos		7.258	7.425
Total despesa impostos diferido		(165)	(386)

21. Contingências

A Companhia registrou provisões para riscos trabalhistas e cíveis, as quais foram constituídas mediante as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As provisões para contingências foram constituídas pela Administração com base em avaliação dos riscos de perdas em processo em que a Companhia, tenha probabilidade de perda (saída de recursos) mais provável do que não, na opinião dos assessores legais e da Administração.

	Constituição de provisão	Reversão da provisão	Realização pagamentos	31/12/2023
Cíveis (I)	250	867	(42)	1.075
Trabalhistas (II)	68	33	(63)	38
Total	318	900	(105)	1.113

I - A Companhia também registrou o montante de R\$234 proveniente de processo judicial cível, decorrente de cumprimento de sentença referente a

EXTRATO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL DA DME ENERGÉTICA S.A. – DMEE. Em reunião ordinária do Conselho Fiscal, realizada em 23/04/2024, às 15:30 hs, os membros efetivos do Conselho Fiscal manifestaram, por unanimidade, pareceres favoráveis à: (i) aprovação do teor constante do Relatório de Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, estando aptas para deliberação pelos órgãos competentes; e (ii) aprovação da destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2023 e distribuição de dividendos. Valdeci Miguel Rodrigues – Presidente, Marlene de Fátima Silva – Conselheira Fiscal Efetiva, Rejiane Aparecida Faria Lelis – Conselheira Fiscal Efetiva.

honorários pela extinção do processo em face da Bio Energia, considerado pela sua Assessoria Jurídica como risco de perda provável.

Também com relação à Bio Energias Comercializadora, foi registrado o montante de R\$535 devido ao premente risco de condenação em honorários face a competência do juízo arbitral.

A companhia também registrou o montante de R\$306 a título de honorários, onde aguarda-se apenas o levantamento de valores já bloqueados em conta corrente, referente a dois processos cíveis em fase de extinção.

II - A Companhia possui processo judicial trabalhista da UHE Salto Pilão, da ordem de R\$38, considerado como perda provável pela Administração, registrado por apropriação na proporção de sua participação no Consórcio empresarial Salto Pilão.

22. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado e ao valor contábil.
- Contas a Receber/Outros Créditos- são, basicamente, classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

Nível de hierarquia

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
- Nível 3 - ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo. A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foram valorizados conforme Nível 2:

	2023	2022
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	347.827	297.712
Aplicação CESAP	103	191
	347.930	297.903

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 se aproximam de seus valores contábeis.

23. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, como risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

- Risco de crédito - advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos obtidos com venda de energia.
- Risco quanto a escassez de energia – a Companhia, assim como o Sistema Elétrico Brasileiro, tem fonte de energia oriunda, predominantemente, de geração hidrelétrica. Uma hidrologia desfavorável, com energia natural afluente e volume armazenado dos reservatórios abaixo dos níveis históricos, resulta em: (a) impacto do GSF (Generation Scaling Factor) na garantia física das usinas, obrigando a compra de energia no curto prazo ou no mercado livre para suprir esse corte; (b) Despacho constante de térmicas para atender a demanda do país, que são fontes mais caras que as hidroelétricas, assim como a diversificação da matriz como fontes como eólica e solar, que são intermitentes; (c) Preços de Liquidação das Diferenças (PLD) elevados e com alta volatilidade, assim como os preços praticados no mercado livre.
- Risco de liquidez - a previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia pela Diretoria Comercial-Financeira, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. As sobras de caixa estão totalmente aplicadas em ativos financeiros equivalentes a caixa.

24. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e estabeleça premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

- (a) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Nota 3
- (b) Provisão para contingências: Nota 21

25. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2023 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Marcelo Dias Loichate - Diretor Superintendente

Marcos Rogério Alvim - Diretor Comercial-Financeiro

Marco César Castro de Oliveira - Diretor Técnico

Sandra Cristina Rodrigues Ribeiro Bertozzi - Contadora - CRC-MG090512/O-2

MANTIQUEIRA EDICAO DIGITAL 24 04 2024 DME ENERGETICA S A DMEE RELATORIO DA ADMINISTRACAO pdf

Código do documento 5aabff85-faf9-4090-a92f-69c5030a502d



Assinaturas



EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS LIMITADA:18176958000101

Certificado Digital

anuncio@mantiqueira.inf.br

Assinou

Eventos do documento

24 Apr 2024, 07:42:00

Documento 5aabff85-faf9-4090-a92f-69c5030a502d **criado** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T07:42:00-03:00

24 Apr 2024, 07:42:24

Assinaturas **iniciadas** por JOSÉ VICENTE ALVES (ca49e68d-46f3-4834-93a7-ce5b731a8f9c). Email:anuncio@mantiqueira.inf.br. - DATE_ATOM: 2024-04-24T07:42:24-03:00

24 Apr 2024, 07:42:45

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS
LIMITADA:18176958000101 **Assinou** Email: anuncio@mantiqueira.inf.br. IP: 187.87.115.90
(187-87-115-90.as28220.net porta: 27400). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB,OU=AC CONSULTI BRASIL RFB,OU=A1,CN=EMPRESA JORNALISTICA POCOS DE CALDAS
LIMITADA:18176958000101. - DATE_ATOM: 2024-04-24T07:42:45-03:00

Hash do documento original

(SHA256):9f8f33059d21a606f37c69607c291c978efacc907fb435bf089a2c444b46ef62
(SHA512):4cd3935f9efed4fb0df46a4ee80206fde8e30ef727d65db6f354048a069ec87fd7491c4c7aac04d3b717c538593c93803b059c6fe7bdd80373caab1d5abbde46

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign